

Mentoria UFRJ

Lei 8.112/90

Lista de Questões

Parte 1: Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição

1. (FCM/IFB/2023) Para os efeitos da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União e autarquias federais, servidor é a pessoa legalmente

- a) investida em cargo público.
- b) ocupante de função temporária.
- c) aprovada em estágio probatório.
- d) prestadora de serviços públicos.
- e) aprovada em concurso público homologado.

2. (UFRJ/2014) Assinale, adiante, a alternativa que apresenta a afirmação correta relativamente a cargo público, conforme inscrito na Lei Federal nº 8.112/1990:

- a) Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional ou introduzidas em decorrência de inovação tecnológica.
- b) Chama-se cargo público o conjunto legal de responsabilidades que serão atribuídas a um servidor no momento de sua posse
- c) Criados por lei – ou por decisão do Presidente da República, em casos de calamidade –, os cargos públicos poderão ser para provimento em caráter efetivo, em comissão ou, excepcionalmente, temporários.
- d) Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão
- e) É permitida a prestação de serviços gratuitos, em cargos efetivos ou em comissão, conforme os casos previstos em lei.

3. (UFRJ/2014) Considerando os dois dispositivos da Lei Federal nº 8.112/1990 apresentados a seguir: “Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público: I - a nacionalidade brasileira; (...)” § 3º As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei. É correto afirmar que os legisladores reconheceram que as universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais:

- a) devem ter tratamento distinto dos demais órgãos da administração, em razão da natureza especializada de suas atividades.
- b) precisam ter autonomia plena para compor seu quadro de pessoal.
- c) necessitam dos cientistas estrangeiros, mais qualificados do que os brasileiros.

3. (UFRJ/2014)

- d) precisam dispor de meios para se apropriar das tecnologias dos países mais desenvolvidos que se negam a transferir conhecimento.
- e) dependem da expertise de estrangeiros para promover o desenvolvimento tecnológico do país.

4. (UFES/2015) A respeito da prestação de serviços gratuitos, a Lei nº 8.112/1990 prevê

- a) a proibição incondicional.
- b) a permissão excepcional, em casos previstos em lei.
- c) a instituição de regras básicas e de regime jurídico.
- d) a impossibilidade de remuneração pelos cofres públicos, mas o pagamento de benefícios como previdência social e seguro de vida.
- e) a proibição no âmbito da Administração Pública indireta e permissão no âmbito da Administração Pública direta.

5. (UFRJ/2012) Nas Disposições Gerais do Capítulo I da Lei nº 8.112, nos termos do Artigo 5º, estão estabelecidos os seis requisitos básicos para investidura em cargo público. Dentre as alternativas adiante, assinale aquela que menciona apenas os requisitos que têm relação direta com o conceito de cidadania. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- a) a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- b) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- c) a nacionalidade brasileira; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental;
- d) aptidão física e mental; o gozo dos direitos políticos; o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) o gozo dos direitos políticos; a idade mínima de dezoito anos; aptidão física e mental.

6. (UFRJ/2012) Um indicador importante da democratização do acesso aos cargos públicos regulamentada no RJU diz respeito ao estabelecimento de um percentual das vagas oferecidas em concursos para provimento de cargos destinado às pessoas portadoras de deficiência, conforme consta do parágrafo 2º do Artigo 5º.

Essa norma de acesso pode ser definida como o direito garantido as pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

- () Certo () Errado

7. (UFRJ/2012) Está prevista no RJU, no caso das universidades, uma exceção quanto ao ingresso de estrangeiros nos quadros de cargos efetivos da administração pública federal; exceção essa incluída pela Lei nº 9.515, de 20.11.97 que permite às universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei.

- () Certo () Errado

8. (UNIPAMPA/FUNDATEC/2020) De acordo com o Art. 7º da Lei nº 8.112/1990, a investidura em cargo público ocorrerá:

- a) No momento do concurso público. c) No momento da posse. e) No dia 1º de janeiro.
b) Mediante publicação no Diário Oficial. d) Na data de aniversário.

9. (IF-MT - 2019 - IF-MT - Assistente em Administração) São formas de provimento de cargo público, de acordo com a Lei 8.112/90:

- a) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração e recondução.
b) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução e transferência.
c) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução e ascensão.
d) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, ascensão e transferência.
e) Nomeação, promoção, readaptação, reversão, aproveitamento, reintegração, recondução, ascensão e indicação.

10. (UFRJ/2014) A regulação das nomeações estabelecida na Lei Federal nº 8.112/1990 constitui, também, fator de promoção de transparência e equidade na administração pública. Assinale, a alternativa que apresenta afirmação correta quanto a esse ato administrativo.

- a) A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
b) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, independentemente de quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
c) O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial não poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança.
d) A nomeação far-se-á em caráter temporário, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira.
e) A nomeação far-se-á em caráter efetivo, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.

11. (UFRJ/2015) Juliana era servidora da UFRJ investida no cargo de nível médio de Técnico em Arquivo desde 2009. No final do ano de 2014 ela prestou concurso para o cargo de Arquivista, nível superior, também na UFRJ, obtendo aprovação e classificação dentro do número de vagas ofertado no edital. A nomeação de Juliana no novo cargo ocorrerá em maio de 2015. Contudo, nessa data, ela estará afastada da UFRJ para usufruir de uma licença para capacitação com duração prevista de 90 dias.

Considerando os prazos para posse previstos na Lei nº 8.112/90, após sua nomeação Juliana poderá aguardar o término de sua licença para capacitação para tomar posse no novo cargo.

- () Certo () Errado

12. (VUNESP - 2019 - UFABC - Pedagogo) A realização de concurso público para a seleção de profissionais integrarem o serviço público é mandamento constitucional, excetuadas algumas situações específicas, tais como a dos cargos em comissão demissíveis ad nutum. A respeito do concurso público, é correto afirmar, com base na Lei nº 8.112/1990, que

- a) o concurso será de provas e títulos, devendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuser o respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital.
- b) o concurso público terá validade de 4 (quatro) anos, se o seu prazo for prorrogado uma única vez.
- c) o prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado na internet e em periódicos especializados de grande circulação.
- d) não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.
- e) a nomeação para cargo técnico em comissão depende de prévia habilitação em processo seletivo simplificado, obedecida a ordem de classificação, em razão do princípio da moralidade e impessoalidade.

13. (UFRJ/2014) Marque a alternativa correta quanto aos requisitos para a posse em cargo público.

- a) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.
- b) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto fisicamente para o exercício do cargo.
- c) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, podendo, se necessário, ser submetido a tratamento médico oficial em concomitância com o estágio probatório.
- d) A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica em instituição hospitalar federal.
- e) No ato da posse, o servidor deverá apresentar atestado médico atualizado, emitido por instituição federal ou outra credenciada.

14. (UFRJ/2015) Julia prestou concurso para o cargo de Nutricionista na UFRJ, obtendo aprovação e classificação dentro do número de vagas previsto no Edital. Considerando que ela foi nomeada na última sexta-feira para assumir as responsabilidades do cargo e que sua posse ocorrerá no prazo estabelecido pela Lei nº 8.112/90, Julia, após a posse, deverá entrar em exercício:

- a) imediatamente, isto é, no mesmo dia da posse.
- b) no dia seguinte ao dia da posse.
- c) no prazo máximo de 15 dias.
- d) no prazo máximo de 30 dias.
- e) no primeiro dia útil do mês seguinte.

15. (UFRJ/2014) Dentre os dispositivos da Lei Federal nº 8.112/1990 relacionados nas alternativas, assinale aquele que pode ser diretamente relacionado com o conceito de controle social mencionado:

- a) Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo
- b) A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

15. (UFRJ/2014)

- c) No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
- d) É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- e) À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.

16. (TRT - 24ª REGIÃO-MS/FCC/2017) Adriana, servidora pública federal, deverá ter exercício em outro Município em razão de ter sido removida. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o prazo para Adriana retomar efetivamente o desempenho das atribuições de seu cargo, considerando que não pretende declinar de tal prazo, e que não está de licença ou gozando de afastamento será, contado da publicação do ato, de, no mínimo,

- a) dez e, no máximo, trinta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- b) cinco e, no máximo, sessenta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- c) cinco e, no máximo, trinta dias, excluído desse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- d) dez e, no máximo, sessenta dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.
- e) dez e, no máximo, noventa dias, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.

17. (IF-SC/2017) De acordo com o previsto na Lei nº 8.112 de 1990 - que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais - sobre a jornada de trabalho dos servidores é CORRETO afirmar:

- a) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta e quatro horas e observados os limites mínimo e máximo de oito horas e dez horas diárias, respectivamente.
- b) O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de dedicação parcial e exclusiva ao serviço, não podendo ser convocado no interesse da Administração.
- c) Os servidores docentes e técnicos administrativos cumprirão jornada de trabalho de 30 horas semanais.
- d) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente.
- e) Os servidores docentes cumprirão jornada de trabalho de 40 horas semanais e os técnicos administrativos cumprirão jornada de trabalho de 44 horas semanais.

18. (UFRJ/2016) De acordo com a Lei nº 8.112/90, os servidores públicos federais, nomeados para cargos de provimento efetivo, ficarão sujeitos ao estágio probatório. A avaliação para o desempenho no cargo, realizada durante este período de estágio probatório, levará em consideração os seguintes fatores:

- a) assiduidade, pontualidade, disciplina, capacidade de iniciativa e produtividade.
- b) assiduidade, pontualidade, disciplina, produtividade e eficiência.
- c) assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
- d) assiduidade, disciplina, produtividade, eficiência e responsabilidade.
- e) assiduidade, disciplina, produtividade, responsabilidade e ética.

19. (UFPE/COVEST-COPSET/2015) Segundo o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei 8.112/90 e atualizações), está correto afirmar quanto ao estágio probatório:

- a) o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período não inferior a 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação.
- b) o servidor não aprovado no estágio probatório ficará em cadastro de disposição de outra instituição pública federal ou será reconduzido a cargo anteriormente ocupado.
- c) o servidor em estágio probatório não poderá exercer quaisquer cargos em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
- d) são os únicos fatores de avaliação para o desempenho do cargo durante o estágio probatório assiduidade, disciplina e pontualidade.
- e) há 4 (quatro) meses do final do período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para esse fim.

20. (UFRJ/2016) Para o autor José dos Santos Carvalho Filho, “estabilidade é o direito outorgado ao servidor estatutário, nomeado em virtude de concurso público, de permanecer no serviço público após um período de efetivo exercício”. Joana é servidora pública federal, investida no cargo de Arquivista há cinco anos. Após passar pelo estágio probatório, Joana adquiriu a estabilidade. Considerando o dispositivo constitucional, que trata da estabilidade no serviço público, Joana, servidora estável, só perderá o cargo:

- I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar, assegurada ampla defesa.

Está(ão) harmônico(s) com as regras da Constituição o(s) item(ns):

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

21. (Prefeitura de Icapuí - CE/CETREDE/2021) De acordo com o Art. 24 da Lei 8.112/90 sobre a readaptação, analise a afirmativa a seguir. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e _____ compatíveis com a _____ que tenha sofrido em sua _____ verificada em inspeção médica.

Marque a opção que preenche CORRETA e respectivamente as lacunas.

- a) obrigações legais / atividade / saúde.
- b) responsabilidades / profissão / saúde.
- c) obrigações legais / profissão / atividade profissional.
- d) obrigações legais / atividade / capacidade física ou mental.
- e) responsabilidades / limitação / capacidade física ou mental.

22. (IBGE/FGV/2017) Osmar, servidor público e detentor de cargo efetivo, tinha 67 anos quando se aposentou. O fato ocorreu em janeiro de 2009, de modo que Osmar requereu sua reversão à atividade pública em fevereiro de 2017. A partir da análise do prontuário do servidor, é correto afirmar que Osmar:

- a) pode voltar à atividade pública por meio de reversão, caso seja de interesse da administração e haja cargo vago, desde que com atribuições semelhantes;
- b) pode voltar à atividade pública por meio de reversão, fazendo jus à acumulação de vencimentos e proventos decorrentes de sua aposentadoria prévia;
- c) não pode voltar à atividade pública por meio de reversão, uma vez que a reinvestidura de servidor aposentado somente ocorre por meio de reintegração;
- d) não pode voltar à atividade pública por meio de reversão, uma vez que transcorreu o período temporal autorizador desta hipótese;
- e) pode voltar à atividade pública por meio de reversão, sabendo que, em substituição aos proventos da aposentadoria, receberá a remuneração do cargo que voltar a exercer.

23. (UFRJ/2018) Carolina, investida no cargo de Assistente em Administração da UFRJ, respondeu a processo administrativo disciplinar, cuja conclusão foi a demissão da servidora. Inconformada, recorreu ao Judiciário e obteve sentença favorável, ou seja, sua demissão foi invalidada por decisão judicial e Carolina foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado. Sobre a reinvestidura de Carolina, é correto afirmar que ela será reintegrada, hipótese de o cargo ter sido extinto, ficará em disponibilidade até o seu aproveitamento em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

() Certo () Errado

24. (UFRJ/2016) João, servidor público federal, investido no cargo de médico desde 2006, teve instaurado contra si Processo Administrativo Disciplinar, em que lhe foi negada a ampla defesa e o contraditório. Mesmo assim, após a conclusão do referido processo, João foi demitido. Inconformado, recorreu ao Judiciário, a fim de requerer seus direitos. O juiz decidiu tornar inválida a demissão de João, pois entendeu que não lhe foi concedido o direito ao contraditório, nem a ampla defesa.

24. (UFRJ/2016)

Se a demissão de João for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

() Certo () Errado

25. (CRBio-7ª Região/Quadrix/2017) Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou no interesse da administração, conforme dita a Lei nº 8.112/90. Referente ao tema, julgue as seguintes afirmativas.

I. A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

II. O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria.

III. O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

IV. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 65 (sessenta e cinco) ou 70 (setenta) anos de idade, dependendo do tempo de contribuição previdenciária.

Pode-se afirmar que:

- a) todas estão corretas.
- b) somente uma está correta.
- c) somente duas estão corretas.
- d) somente três estão corretas.
- e) todas estão incorretas.

26. (TRT - 23ª REGIÃO-MT/FCC/2022) A Lei nº 8.112/1990 dispõe que o aproveitamento é forma de

- a) recondução em cargo público.
- b) readaptação em cargo público.
- c) reintegração em cargo público.
- d) provimento em cargo público.
- e) reversão em cargo público.

27. (TRT - 18ª Região-GO/FCC/2023) Nos termos da Lei nº 8.112/1990, dentre outros, são exemplos de situações das quais decorrem vacância do cargo público os casos de

- a) exoneração e aproveitamento.
- b) promoção e readaptação.
- c) demissão e disponibilidade.
- d) aposentadoria e recondução.
- e) falecimento e reintegração.

28. (IF-PA/2015) Conforme a Lei 8112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Federais), considere a seguinte situação hipotética acerca da remoção: Marcelino é ocupante de cargo efetivo do IFPA, lotado no Campus Belém e passa a exercer suas funções, em caráter permanente, no Campus Castanhal. Marcelino foi deslocado no mesmo quadro e mesmo cargo.

I – A remoção é forma de provimento originário de cargo público.

28. (IF-PA/2015)

II – A remoção a pedido de Marcelino sujeita-se a critério da Administração.

III – A remoção somente pode ocorrer se houver necessariamente mudança de sede.

IV – A remoção de Marcelino não pode ser feita de ofício.

A partir da situação hipotética e dos itens acima é correto afirmar quê:

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão incorretos.
- c) Apenas o item II está incorreto.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão incorretos.
- e) Apenas o item IV está correto.

29. (UFJF/FUNDEP/2022) Tomando como base o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais, numere a COLUNA II de acordo com a COLUNA I, fazendo a relação de vacância, remoção e redistribuição com suas respectivas definições, conforme definido pela Lei nº 8.112/1990.

COLUNA I

1. Vacância 2. Remoção 3. Redistribuição

COLUNA II

() É o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

() É uma situação na qual o servidor público deixa o cargo público anteriormente ocupado. Decorre de exoneração, demissão, promoção, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável.

() É o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.

Assinale a sequência correta.

- a) 1 2 3. b) 3 2 1. c) 2 3 1. d) 2 1 3. e) 3 1 2.

30. (FUNIVERSA/IF-AP/2016) Caio foi deslocado do cargo de provimento efetivo, ocupado no âmbito do quadro de pessoal, para outra entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). Considerando a redistribuição, prevista na Lei nº 8.112/1990, e a situação hipotética descrita acima, assinale a alternativa correta.

- a) Independentemente do interesse da Administração, Caio poderá ser redistribuído.
- b) Na redistribuição de Caio, não será necessário observar a manutenção da essência das atribuições do cargo.
- c) Deve-se observar o preceito de equivalência de vencimentos na redistribuição de Caio.
- d) A redistribuição de Caio não precisa observar o preceito de mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional.
- e) Caso Caio seja servidor público federal do Poder Executivo, ele poderá ser redistribuído para o Poder Legislativo.

Parte 2: Direitos e Vantagens

1. (UFRJ/2014) Quanto ao vencimento e à remuneração, ambos regulados no Título III da Lei Federal nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

- a) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível exclusivamente no período do estágio probatório
- b) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- c) A isonomia de vencimentos é assegurada exclusivamente para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder.
- d) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, deduzidas as vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- e) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público ou comissionado, com valor fixado em lei, acrescida de vantagens transitórias obtidas por meio de avaliação de desempenho.

2. (UFMT/2021) Em consonância com as prescrições da Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis federais, assinale a assertiva INCORRETA acerca de vencimento e remuneração.

- a) O servidor perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado.
- b) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente ou transitório, é irredutível.
- c) O vencimento e a remuneração não serão objeto de arresto ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
- d) O servidor em débito com o erário, que for demitido ou exonerado, terá o prazo de sessenta dias para quitá-lo.

3. (UFAC/2022) Além do vencimento e eventuais vantagens, os servidores públicos federais recebem, ainda, os benefícios a seguir, EXCETO:

- a) gratificação natalina.
- b) adicional noturno.
- c) adicional de férias.
- d) adicional por tempo de serviço.
- e) adicional pela prestação de serviço extraordinário.

4. (UFCA/FASTEF/2019) Constituem indenizações ao servidor:

- a) adicionais noturnos e adicionais de férias.
- b) ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia.
- c) retribuições pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.
- d) adicionais pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.

5. (UFMG/2021) Tendo como fundamento os arts. 53 a 57 da Lei 8.112/90, avalie as seguintes afirmações sobre ajuda de custo.

I - A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 2 (dois) meses.

II - A ajuda de custo será concedida ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

5. (UFMG/2021)

III - A concessão de ajuda de custo é vedada àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

IV - À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.

Está (ão) CORRETA(S) a(s) afirmação(ões)

- a) IV, apenas.
- b) II e IV, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III, apenas.

6. (UFAL/COPEVE/2019) Em relação às diárias instituídas na Lei 8.112/90, assinale o enunciado correto:

- a) Independentemente do afastamento exigir pernoite, as diárias são sempre pagas em sua totalidade.
- b) Fará jus a diárias quando o servidor viaja para um município diverso do de sua lotação, ainda que dentro da mesma região metropolitana.
- c) Se o servidor receber diárias, mas não realizar missão fora da sede por motivo que não deu causa, não fica obrigado a restituí-las.
- d) O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana.
- e) Mesmo nos casos em que os afastamentos é uma decorrência normal do cargo, ao servidor ocupante deste é garantida a concessão de diárias para efeito de indenização com pousada, alimentação e locomoção urbana.

7. (UFRJ/2018) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o auxílio-moradia consiste no ressarcimento de despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, após a devida comprovação da despesa pelo servidor. Sobre os requisitos para a concessão do auxílio-moradia, é INCORRETO afirmar que:

- a) conceder-se-á auxílio-moradia caso não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor.
- b) não será concedido auxílio-moradia se o servidor for deslocado por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo.
- c) o valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado.
- d) conceder-se-á auxílio-moradia ainda que o cônjuge ou companheiro do servidor ocupe imóvel funcional.
- e) no caso de falecimento ou exoneração do servidor, o auxílio-moradia poderá ser mantido por um mês, limitado ao valor pago no mês anterior.

8. (UFRJ/2021) Além dos vencimentos e das vantagens previstas na Lei nº 8.112/1990, poderão ser deferidas aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais, EXCETO:

- a) gratificação por encargo de curso ou concurso.

8. (UFRJ/2021)

- b) retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento.
- c) adicional por tempo de serviço.
- d) adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
- e) adicional noturno.

9. (TRT - 17ª Região - ES/FCC/2022) De acordo com o que estabelece a Lei nº 8.112/1990, sobre a gratificação natalina devida aos servidores públicos,

- a) seu valor deverá ser considerado para cálculo das demais vantagens pecuniárias.
- b) ao servidor exonerado não é devido o seu pagamento, ainda que proporcional aos meses trabalhados.
- c) a fração igual ou superior a 10 dias será considerada como mês integral.
- d) esta será paga até o dia 25 do mês de dezembro de cada ano.
- e) esta corresponderá a 1/12 da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

10. (IF-TO/2019) Em relação aos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas, previstos na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a alternativa incorreta.

- a) O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades de difícil acesso na Amazônia Legal e no Semiárido Nordeste que tenham população inferior a sessenta mil habitantes, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.
- b) A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais considerados penosos, insalubres ou perigosos, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.
- c) O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.
- d) Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.
- e) O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

11. (UFAM/COMVEST/2016) Sobre o Adicional por Serviço Extraordinário, Adicional Noturno e Adicional de Férias, conforme previsto na Lei n.º 8.112/1990, seguem as seguintes afirmativas:

- I. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.
- II. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.
- III. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 6 (seis) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 50% (cinquenta por cento), computando-se cada hora com cinquenta e dois minutos e trinta segundos.

11. (UFAM/COMVEST/2016)

IV. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, salvo se ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será acrescida do cálculo do adicional.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- e) Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

12. (UFU-MG/2016) Em relação à questão a seguir, assinale a alternativa INCORRETA. A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GRECC) é devida ao servidor que, em caráter eventual,

- a) participar da logística de preparação e de realização de concurso público, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, mesmo que tais atividades estejam incluídas entre as suas atribuições permanentes.
- b) atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal.
- c) participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.
- d) participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.

13. (UFRJ/2016) Segundo a Lei nº 8.112/90, licenças podem ser concedidas ao servidor público federal nos seguintes casos:

- a) Motivo de doença em pessoa da família; afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para tratar de interesses particulares; para capacitação; e como premiação por elevado desempenho.
- b) Motivo de doença em pessoa da família; afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para servir a organismo internacional; para capacitação; e como premiação por elevado desempenho.
- c) Motivo de doença em pessoa da família; afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para servir a organismo internacional; para capacitação; e para desempenho de mandato classista.
- d) Motivo de doença em pessoa da família; afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para tratar de interesses particulares; para capacitação; e para participação em competição desportiva.
- e) Motivo de doença em pessoa da família; afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; para atividade política; para tratar de interesses particulares; para capacitação; e para desempenho de mandato classista.

14. (TRT - 17ª Região - ES/FCC/2022) A Lei nº 8.112/1990 prevê licença por motivo de doença em pessoa da família, que poderá ser concedida a cada período de doze meses, incluídas as prorrogações, por até

- a) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
- b) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 180 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
- c) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
- d) 90 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 120 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.
- e) 60 dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor, e por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração.

15. (UFRJ/2018) Milton Carlos, servidor público federal, investido no cargo efetivo de Assistente em Administração da UFRJ há 1 (um) ano, pretende solicitar licença para acompanhar seu cônjuge, que foi deslocado para outro ponto do território nacional. Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

- a) o estágio probatório do servidor não ficará suspenso durante o período da referida licença.
- b) o estágio probatório do servidor ficará suspenso durante o período da referida licença e será retomado a partir do término do impedimento.
- c) o servidor não pode acompanhar o cônjuge, tendo em vista que se encontra em estágio probatório.
- d) a referida licença será por prazo indeterminado e com remuneração.
- e) a referida licença será por prazo determinado e sem remuneração.

16. (UFRN/COMPERVE/2019) Um servidor lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte está de Licença para o Serviço Militar. De acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, concluído o serviço militar, o servidor terá de reassumir o exercício do cargo em até

- a) vinte dias sem remuneração.
- b) trinta dias sem remuneração.
- c) quinze dias sem remuneração.
- d) dez dias sem remuneração.

17. (UFRPE/SUGEP/2018) No que se refere à licença para atividade política, assinale a alternativa correta.

- a) No período entre a convenção partidária e a véspera do registro de candidatura, o servidor fará jus à licença com vencimentos do cargo efetivo.
- b) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença sem vencimentos do cargo efetivo.
- c) A partir do registro da candidatura e até o trigésimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença com vencimentos do cargo efetivo.
- d) O servidor que exerce cargo de Direção e se candidatou a um cargo eletivo deverá ser afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

17. (UFRPE/SUGEP/2018)

e) A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurada sua remuneração somente pelo período de 3 (três) meses.

18. (UFRJ/2018) Silvana, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Engenheira da UFRJ há sete anos, tem interesse em solicitar licença para capacitação. Sobre essa licença, é correto afirmar que:

a) a servidora poderá, após cada quinquênio de efetivo exercício e no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participar de curso de capacitação profissional.

b) a servidora poderá, após cada triênio de efetivo exercício e no interesse da administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração, por até 6 (seis) meses, para participar de curso de capacitação profissional.

c) após 1 (um) ano de efetivo exercício e, mesmo sem o interesse da administração, a servidora poderá afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração e por tempo indeterminado, para participar de curso de capacitação.

d) não é possível, em hipótese alguma, a servidora afastar-se do cargo efetivo para participar de curso de capacitação.

e) a servidora poderá, assim que entrar em exercício, pedir afastamento para participar de curso de capacitação, por prazo indeterminado.

19. (UFRJ/2021) Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma disposição a ser aplicada ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional no exercício de mandato eletivo.

a) Tratando-se de mandato eletivo federal, não ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.

b) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

c) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

d) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

e) Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

20. (UFRJ/2015) Sofia é servidora da UFRJ investida no cargo de Tecnólogo/Analista de Relações Internacionais. Há duas semanas ela recebeu um convite para prestar serviços à Organização das Nações Unidas (ONU) com sede na cidade de Nova Iorque. Para que ela possa atender ao pedido, deverá afastar-se de seu cargo na UFRJ mediante autorização da autoridade competente. Considerando que Sofia se encontra em estágio probatório, ela:

a) não poderá afastar-se de seu cargo até que obtenha aprovação no estágio.

b) poderá afastar-se de seu cargo mediante a perda total de sua remuneração.

c) poderá afastar-se de seu cargo desde que seja autorizada pelo reitor da UFRJ.

20. (UFRJ/2015)

- d) não poderá afastar-se de seu cargo, exceto se o período for inferior a três meses.
- e) poderá afastar-se de seu cargo desde que seja por período inferior a um ano.

21. (IF-AP/FUNIVERSA/2016) Acerca do afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, previsto na Lei n.º 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor, independente do interesse da Administração, poderá afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação stricto sensu, em instituição de ensino superior.
- b) O afastamento para realização de programa de mestrado e(ou) doutorado somente será concedido aos servidores que sejam titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos um ano.
- c) Os servidores beneficiados pelo afastamento para realização de programa de mestrado terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido, caso contrário deverão ressarcir o órgão ou entidade, dos gastos com seu aperfeiçoamento.
- d) A administração pública poderá obrigar o servidor a participar do programa de mestrado, independentemente da vontade do servidor.
- e) Caso o servidor não obtenha o título ou o grau que justificou seu afastamento, será automaticamente demitido do serviço público.

22. (UFRJ/2021) Alfredo Borges, servidor público federal, investido, há 4 (quatro) anos, no cargo de Técnico em Assuntos Educacionais da UFRJ, foi obrigado a se ausentar do serviço, por 8 (oito) dias consecutivos, em razão do falecimento de sua madrasta. Nesse caso, pode-se afirmar que o servidor:

- a) perderá a parcela de remuneração diária, proporcional à ausência justificada.
- b) não perderá a parcela de remuneração diária, desde que haja compensação de horário, a ser estabelecida pela chefia imediata.
- c) responderá a processo administrativo disciplinar por ter se ausentado nos 8 (oito) dias consecutivos, ainda que tenha motivo justificado.
- d) não perderá a parcela de remuneração diária, proporcional à ausência nos 8 (oito) dias consecutivos.
- e) perderá a remuneração dos dias em que se ausentou; contudo, as faltas serão consideradas como efetivo exercício.

23. (UFRJ/2015) Guilherme foi aprovado e classificado no concurso da UFRJ para o cargo de Engenheiro em Telecomunicações. Após tomar posse e entrar em exercício, ele foi convocado para realizar o Curso de Formação Profissional referente à segunda etapa do concurso para o cargo de Policial Rodoviário Federal ao qual também estava concorrendo a época que tomou posse na UFRJ. Considerando que Guilherme se encontra em estágio probatório na UFRJ, seu afastamento para participar no Curso de Formação:

- a) é negado, uma vez que o afastamento para participar em Curso de Formação é permitido apenas aos servidores que não se encontram em estágio probatório.

23. (UFRJ/2015)

- b) é permitido, desde que seja sem a remuneração do cargo de Engenheiro em Telecomunicações.
- c) é negado, a menos que ele solicite exoneração do cargo de Engenheiro em Telecomunicações.
- d) é permitido, podendo ele se afastar das atividades de seu cargo enquanto durar o Curso de Formação.
- e) é permitido, desde que haja a compensação do horário após a realização do Curso de Formação.

24. (Prefeitura de Catas Altas - MG/2022) São considerados de efetivo exercício os afastamentos do servidor, EXCETO:

- a) férias regulamentares
- b) licença por motivo de doença em pessoa da família até o limite de 4 (quatro) meses.
- c) casamento, por 8 (oito) dias consecutivos.
- d) luto, pelo falecimento do cônjuge ou companheiro, pais, madrasta, padrasto, filhos, irmãos, enteados, menor sob guarda ou tutela, avós ou netos por 8 (oito) dias consecutivos, contados da data do falecimento comprovado.

Parte 3: Regime Disciplinar

1. (UFRJ/2014) Dentre os deveres do servidor adiante relacionados – conforme estabelecido na Lei Federal nº 8.112/1990 – assinale aquele que se opõe frontalmente à manifestação mais comum do excesso burocrático que, muitas vezes, caracteriza as relações dos órgãos públicos com as demandas administrativas dos cidadãos.



- a) Atender com presteza à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- b) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público.
- c) Guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- d) Ser assíduo e pontual ao serviço
- e) Cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

2. (UFRJ/2012) Considerando esse contexto e o que está estabelecido no artigo 116 do RJU, marque a alternativa que relaciona corretamente apenas deveres do servidor que alcançam imediatamente o cidadão usuário dos serviços públicos:

- a) cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; guardar sigilo sobre assunto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; ser assíduo e pontual ao serviço;

2. (UFRJ/2012)

- b) ser leal às instituições a que servir; levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo; zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;
- c) guardar sigilo sobre assunto da repartição; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; observar as normas legais e regulamentares;
- d) atender com presteza às requisições para a defesa da Fazenda Pública; zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público; ser leal às instituições a que servir;
- e) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo; tratar com urbanidade as pessoas; manter conduta compatível com a moralidade administrativa.

3. (UFRJ/2018) Nos termos da Lei nº 8.112/1990, são deveres do servidor público:

- a) cumprir as ordens superiores, ainda que manifestamente ilegais.
- b) recusar fé a documentos públicos.
- c) promover manifestação de apreço no recinto da repartição.
- d) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- e) aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical.

4. (UFRJ/2014) Das proibições a que está submetido o servidor, elencadas nas alternativas a seguir, marque aquela que está relacionada com eventuais tentativas de partidarização da administração pública. Ao servidor é proibido:

- a) promover manifestação de apreço ou desapeço no recinto da repartição.
- b) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
- c) coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- d) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição
- e) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.

5. (UFRJ/2016) De acordo com a Lei 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, o servidor é PROIBIDO de:

- a) guardar sigilo sobre assunto da repartição.
- b) representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.
- c) participar de banca examinadora para a realização de concurso público.
- d) expedir certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações.
- e) recusar fé a documentos públicos.

6. (UFRJ/2018) Ana Vitória, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Arquivista da UFRJ, opôs, pela primeira vez, resistência injustificada à execução de serviços do Setor de Protocolo da instituição pública onde trabalha.

6. (UFRJ/2018)

Sobre o presente caso, nos termos da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que a conduta da servidora:

- a) é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de advertência, por escrito, mediante processo administrativo.
- b) é proibida, sob pena de ser-lhe aplicada pena de demissão, mediante processo administrativo.
- c) não é proibida desde que praticada no período de estágio probatório.
- d) será punida com suspensão de até dois anos, podendo ser prorrogada por um ano, sem direito à remuneração.
- e) será punida com suspensão de até três anos, podendo ser prorrogada por dois anos, com direito à remuneração.

7. (UFRJ/2018) Dulce Maria, servidora pública federal, investida no cargo efetivo de Contadora na UFRJ, foi aprovada no concurso público para o Magistério do Estado do Rio de Janeiro. Em dúvida se poderia assumir o cargo de professora na rede estadual, dirigiu-se ao Setor de Recursos Humanos da universidade onde trabalha e obteve a informação sobre a possibilidade de acumular os dois cargos.

Sobre o presente caso, é correto afirmar que a acumulação dos respectivos cargos:

- a) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, ainda que não haja compatibilidade de horários.
- b) não é lícita, tendo em vista que a Constituição Federal só permite a acumulação do cargo de professor com outro do magistério.
- c) não é lícita, pois, de acordo com a Constituição Federal, o cargo de Contadora na UFRJ não tem natureza técnica ou científica.
- d) é lícita, nos termos da Constituição Federal, que permite a acumulação do cargo de professor com outro cargo técnico ou científico, se houver compatibilidade de horários.
- e) não é lícita, pois, nos termos da Constituição Federal, é possível a acumulação somente para os cargos privativos de profissionais da saúde.

8. (UFRJ/2016) O conceito de responsabilidade está diretamente vinculado à ideia de resposta, uma vez que tal vocábulo vem do termo latino respondere, que tem o sentido de responder. No Direito Administrativo, a responsabilidade relaciona-se de imediato ao fato de que alguém deve responder perante a ordem jurídica em virtude de algum fato precedente. O fato e a sua imputabilidade a alguém constituem pressupostos indispensáveis do instituto da responsabilidade. Logo, não pode haver responsabilidade sem o fato gerador e sem a pessoa que gerou o fato. Acerca das responsabilidades tratadas na Lei nº 8112/90, é correto afirmar que:

- a) as sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.
- b) o servidor público responde penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A responsabilidade civil não pode, em qualquer hipótese, ser imputada ao servidor.
- c) o servidor só responde administrativamente pelos seus atos. Independente das consequências, o servidor não pode responder penal ou civilmente pelo exercício irregular de suas funções.
- d) a obrigação de reparar o dano pelo exercício irregular das funções não se estende aos sucessores do servidor.

8. (UFRJ/2016)

e) a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

9. (UFCG/2016) De acordo com o que dispõe o artigo 127 da lei 8.112/1990, são penalidades disciplinares, EXCETO:

- a) Advertência, suspensão e demissão.
- b) Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- c) Imposição de desconto salarial.
- d) Destituição de cargo em comissão.
- e) Destituição de função comissionada.

10. (IBGE/IBGE/2022) A Lei nº 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e trata das penalidades disciplinares. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:

I. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

II. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

III. Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 100% (cem por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Assinale a alternativa correta.

- a) As afirmativas I, II e III estão corretas.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa III está correta.

11. (UFPI/COPESE/2018) Dinara Maciel da Luz, servidora pública federal, teve aplicada contra si, através de processo administrativo disciplinar, a pena de advertência por ter violado o inciso III do art. 117 da lei 8.112/1990 no exercício de sua função ao recusar dar fé em documento público. Mesmo advertida, a servidora no exercício de suas funções passou a violar o inciso IV constante no art. 117 da lei 8.112/1990, que trata das proibições ao servidor, desta vez opondo resistência injustificada ao andamento de documento e processo. O art. 129 da lei 8.112/1990 preceitua textualmente: Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Diante deste fato de reincidência de violação da lei apresentado com relação à servidora em questão e pelo exposto na lei 8.112/1990, conforme processo administrativo disciplinar competente, você diria que Dinara Maciel da Luz deverá

- a) ser punida com a pena de demissão.

11. (UFPI/COPESE/2018)

- b) receber nova pena de advertência.
- c) ser colocada em disponibilidade.
- d) ser punida com a pena de suspensão de até 90 dias.
- e) ser destituída de função gratificada que esteja exercendo.

12. (UFRJ/2015) Bernardo é servidor da UFRJ investido no cargo de Técnico Desportivo. Há dois meses ele foi convocado pela Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador, setor responsável pela prevenção e promoção da saúde do servidor da UFRJ, para ser submetido à inspeção médica. Ocorre que Bernardo vem se recusando a comparecer ao setor mencionado sem apresentar nenhuma justificativa. Essa atitude de Bernardo poderá sujeitá-lo à penalidade de:

- a) suspensão de até quinze dias.
- b) suspensão de até doze dias.
- c) suspensão de até sete dias.
- d) advertência seguida por suspensão de até doze dias.
- e) advertência seguida por suspensão de até sete dias.

13. (UFRN/COMPERVE/2018) À luz do que estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União (Lei nº 8.112/90), a penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de

- a) dois anos de efetivo exercício, independentemente de nova prática de infração disciplinar pelo servidor.
- b) três anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.
- c) três anos de efetivo exercício, independentemente de nova prática de infração disciplinar pelo servidor.
- d) dois anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

14. (UFRJ/2018) Roberto, servidor público federal, investido no cargo de Contador da UFRJ há sete anos, revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, mediante processo administrativo disciplinar, a pena a ser aplicada a Roberto pelo fato de ter revelado tal segredo é:

- a) advertência.
- b) suspensão por 30 (trinta) dias.
- c) demissão.
- d) suspensão por 90 (noventa) dias.
- e) suspensão por 15 (quinze) dias.

15. (UFRJ/2021) Diogo César, servidor público federal, investido no cargo de Arquiteto na UFRJ há 5 (cinco) anos, promoveu manifestação de desprezo a outro servidor da Universidade, no recinto da repartição.

15. (UFRJ/2021)

Em função da atitude mencionada, considerando as proibições definidas na Lei nº 8.112/1990, foi aplicada a Diogo César a penalidade de advertência, por escrito, após apuração da conduta em processo administrativo disciplinar, em que foi respeitado o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Diante do exposto, considerando que o servidor não é reincidente, assinale a alternativa que contém a afirmativa correta.

- a) A penalidade a ser aplicada ao servidor deveria ser a suspensão por 90 (noventa) dias.
- b) A penalidade foi adequada, nos termos da Lei nº 8.112/1990.
- c) A penalidade não está adequada, tendo em vista que a Lei nº 8.112/1990 determina, em casos como esse, a pena de demissão.
- d) O servidor não deveria responder a processo administrativo disciplinar, porque a manifestação de despreço, no local de trabalho, não configura proibição, nos termos da Lei nº 8.112/1990.
- e) A penalidade a ser aplicada ao servidor deveria ser a suspensão por 30 (trinta) dias e multa.

16. (IBGE/IBFC/2022) O abandono de cargo é uma das hipóteses de aplicação da pena de demissão ao servidor público, conforme dispõe a Lei nº 8.112/90. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- a) O abandono de cargo pode ser configurado pela ausência não intencional, quando ocorrer ausência justificada por mais de 45 (quarenta e cinco) dias.
- b) Abandono de cargo e inassiduidade habitual são sinônimos.
- c) O abandono de cargo restará configurado quando o servidor faltar ao serviço, sem causa justificada, por 30 (trinta) dias, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.
- d) Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos.
- e) Para configurar abandono de cargo basta 15 (quinze) faltas no período de 12 (doze) meses.

17. (UFT/COPESE/2017) Assinale a alternativa CORRETA. Nos termos da Lei nº 8.112/1990(Estatuto do Servidor Público Federal), a advertência será aplicada pela prática da seguinte falta funcional:

- a) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- b) Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- c) Proceder de forma desidiosa.
- d) Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.

18. (AL-MA/CEPERJ/2022) Sobre o direito de petição do servidor, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho, pode-se afirmar que prescreve em:

- a) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- b) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

18. (AL-MA/CEPERJ/2022)

- c) 05 (cinco) anos a contar data de publicação do ato impugnado ou 120 (cento e vinte) dias da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.
- d) 120 (cento e vinte) dias a contar data de publicação do ato impugnado ou 05 (cinco) anos da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Parte 4: Processo Administrativo Disciplinar**1. (IF-PB/IDECAN/2019) De acordo com a Lei nº 8.112/90, as penalidades disciplinares serão aplicadas:**

- I. Pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade.
- II. Pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias.
- III. Pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.
- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

2. (TRE-CE/FCC/2012) De acordo com a Lei nº 8.112/90, no tocante ao processo administrativo disciplinar, como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até

- a) sessenta dias, com prejuízo da remuneração, improrrogáveis, independentemente da conclusão do processo.
- b) trinta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, exceto se não concluído o processo.
- c) noventa dias, com prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.
- d) trinta dias, sem prejuízo da remuneração, improrrogáveis, independentemente da conclusão do processo.
- e) sessenta dias, sem prejuízo da remuneração, podendo o afastamento ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

3. (IF-RN/COMPERVE/2017) Sindicância é um procedimento administrativo que visa à apuração de responsabilidade do servidor por seus atos. Considerando o que dispõe a Lei nº 8.112/1990, a sindicância poderá resultar em aplicação da penalidade de

- a) Demissão
- b) advertência ou suspensão por até trinta dias.
- c) multa.
- d) destituição do cargo ou suspensão por até noventa dias.

4. (IF-RJ/BIO-RIO/2015) O prazo para conclusão de uma sindicância envolvendo servidores públicos civis da União não excederá:

- a) 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- b) 30 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Comissão de Sindicância.
- c) 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
- d) 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Comissão de Sindicância.
- e) 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

(UFSCAR/2022)

5. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar, regulado pela Lei 8.1112/90, assinale a alternativa correta: O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

() Certo () Errado

6. (UFMG/2016) Segundo o Art. 151 da Lei 8.112/90, o processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases, EXCETO:

- a) Instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão.
- b) Inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório.
- c) Julgamento.
- d) Treinamento da comissão constituída.

7. (UFRJ/2018) De acordo com a Lei nº 8.112/1990, “o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido”.

Sobre o processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que:

- a) será conduzido por comissão composta de 2 (dois) servidores, estáveis ou não, designados pela autoridade competente.
- b) a Comissão exercerá suas atividades com dependência e parcialidade, e nem sempre será assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato.
- c) as reuniões e as audiências das comissões não terão caráter reservado.
- d) será conduzido por comissão composta de 3 (três) servidores estáveis designados pela autoridade competente.
- e) o prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, não sendo admitida a sua prorrogação.

8. (IFN-MG/FCM/2019) Avalie as afirmações abaixo sobre o Processo Administrativo Disciplinar previsto na Lei nº 8.112/90.

I - A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, sendo vedado o sigilo do processo em consonância aos princípios da publicidade e da transparência.

II - Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito o cônjuge, o companheiro ou o parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

8. (IFN-MG/FCM/2019)

III - A fase do inquérito administrativo compreende a instrução, a defesa e o julgamento.

IV - A comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, sempre que necessário, ficando seus membros dispensados do ponto até a entrega do relatório final.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II. b) I e III. c) II e IV. d) I, III e IV. e) II, III e IV.

9. (IF-RJ/BIO-RIO/2015) Na fase de inquérito do processo disciplinar envolvendo servidor público civil da União, o indiciado:

a) não poderá mudar de residência.

b) citado será considerado revel se não apresentar defesa em até 10 dias após findo o prazo legal.

c) citado por edital publicado em jornal de grande circulação, contará com prazo de 30 dias para apresentar defesa.

d) citado que for considerado revel terá ter como defensor dativo um servidor designado pela autoridade instauradora do processo.

e) citado por edital publicado em Diário Oficial da União, Estado ou Município, terá como prazo para defesa 60 dias a partir da última publicação do edital.

10. (SUGEP/UFRPE/2016) A depender do tipo de infração cometida pelo servidor público, a Lei nº 8.112/1990 já estabelece em seu texto que o procedimento sumário será adotado em algumas situações. Marque a alternativa correta, que apresenta as infrações que serão tratadas no procedimento sumário.

a) Apuração de abandono de cargo, de inassiduidade habitual e de acumulação ilegal de cargos.

b) Apuração de abandono de cargo, de improbidade administrativa e de prática de usura.

c) Apuração de improbidade administrativa, de acumulação ilegal de cargos e recebimento de propina.

d) Apuração de abandono de cargo, de inassiduidade habitual e crime contra a administração pública.

e) Apuração de corrupção, de crime contra a administração pública e de acumulação ilegal de cargos.

11. (UFRN/COMPERVE/2019) Nos termos das disposições expressas na Lei nº 8.112/90, o “processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido”. No que concerne ao processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário, a citada lei estabelece que o prazo para a conclusão NÃO excederá

a) sessenta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

b) sessenta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem.

c) trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até trinta dias, quando as circunstâncias o exigirem.

d) trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.

12. (TRE-PA/IADES/2014) Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica das fases e subfases do procedimento sumário de apuração administrativo disciplinar, objeto do Estatuto dos Servidores Públicos Federais.

- a) Instauração, inquérito sumário (citação, defesa e relatório) e julgamento.
- b) Instauração, inquérito (instrução, defesa e relatório) e julgamento.
- c) Atos preparatórios, probatória (oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório, indicição e defesa) e relatório final.
- d) Instauração, instrução sumária (indicição, defesa e relatório) e julgamento.
- e) Preliminar, probatória (indicição, defesa, oitiva de testemunhas, perícias, interrogatório e relatório) e julgamento.

13. (UFMT/2021) Sobre o procedimento previsto na Lei nº 8.112/1990 para os casos de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, assinale a assertiva INCORRETA.

- a) Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.
- b) A autoridade que determinar a instauração do processo administrativo disciplinar, bem como assinar o ato que constituir a comissão processante, fica impedida de proferir o julgamento.
- c) A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo.
- d) O procedimento sumário para apuração e regularização imediata será instaurado quando ficar constatada omissão do servidor regularmente notificado para apresentar opção no prazo legal.

14. (IF-SP/FUNDEP/2014) A revisão do processo disciplinar do servidor público federal:

- a) Pode ser requerida até 10 anos depois de aplicada a pena disciplinar.
- b) Prescreve em 5 anos contados do trânsito em julgado da decisão disciplinar.
- c) Pode ocorrer a qualquer tempo.
- d) Deve ser requerida pelo interessado no prazo de máximo de 20 anos contados da aplicação da pena.

15. (IF-RN/COMPERVE/2017) De acordo com o disposto no regime jurídico dos servidores públicos da União (Lei nº 8.112/1990), a revisão do processo administrativo disciplinar

- a) não pode ocorrer a pedido ou quando o servidor ingressar com ação judicial.
- b) pode ocorrer desde que haja fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do servidor punido ou a inadequação da penalidade.
- c) não pode ocorrer em caso de falecimento ou desaparecimento do servidor punido.
- d) pode ocorrer mesmo que resulte em agravamento da penalidade aplicada anteriormente ao servidor.

16. (TRF - 2ª REGIÃO/FCC/2012) Em conformidade com os preceitos legais pertinentes ao processo disciplinar e sua revisão, analise:

- I. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

16. (TRF - 2ª REGIÃO/FCC/2012)

II. Sendo procedente a decisão proferida na revisão, todos os direitos do servidor poderão ser restabelecidos, exceto em relação à exoneração do cargo efetivo, que será convertida em transposição.

III. A decisão favorável proferida na revisão ensejará a anulação da penalidade aplicada, salvo a exoneração do cargo de carreira, que será convertida em readmissão.

Nas situações acima descritas, está correto o que consta APENAS em

- a) II. b) III. c) I e III. d) I. e) II e III.

17. (IBFC/2021) Acerca da prescrição da ação penal e as disposições da Lei nº 8.112/1990, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

() A ação disciplinar prescreverá em 8 (oito) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.

() A ação disciplinar prescreverá em 180 (cento e oitenta) dias, quanto às infrações puníveis com advertência.

() A ação disciplinar prescreverá em 2 (dois) anos, quando às infrações puníveis com suspensão.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, F, V c) F, V, V e) F, V, F
 b) V, V, F d) F, F, V

18. (UFRJ/2016) “No regime administrativo disciplinar, o instituto da prescrição acarreta a extinção da punibilidade e visa a punir inércia da Administração que, sabendo do suposto ilícito, não diligencia na exigida apuração, embora já tivesse elementos para fazê-lo.”

Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. www.cgu.gov.br

Vinicius é servidor público federal investido no cargo de enfermeiro desde 2010. Em 2015, ele foi convocado a fazer parte de uma Comissão de Sindicância para apurar ilícito administrativo. Ao produzir o relatório final, Vinicius e os demais membros da Comissão fizeram um estudo detalhado acerca do Instituto da prescrição administrativa a fim de se chegar à decisão final.

Sobre a prescrição, de acordo com a Lei nº 8112/90, a Comissão deve considerar que:

- a) o prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato ocorreu.
 b) a abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar não interrompe a prescrição.
 c) a ação disciplinar prescreverá em dois anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
 d) a ação disciplinar prescreverá em 180 dias, quanto à pena de suspensão.
 e) a ação disciplinar prescreverá em cinco anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.

Parte 5: Da Seguridade Social do Servidor

1. (COSEAC/UFF/2021) A licença que o servidor público federal pode gozar e tem expressamente na Lei 8.112/90 a natureza de benefício da seguridade social, é a licença

- a) à gestante.
- b) para capacitação.
- c) para tratar de interesses particulares.
- d) por motivo de doença em pessoa da família.
- e) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.

2. (UFAC/2022) É benefício do Plano de Seguridade Social instituído em favor dos dependentes do servidor:

- a) Licença-paternidade.
- b) Auxílio-natalidade.
- c) Salário-família.
- d) Aposentadoria.
- e) Auxílio-Reclusão.

3. (UFRJ/2015) Roberto é servidor ativo da UFRJ e há um ano se envolveu em um acidente de carro durante uma viagem realizada em suas férias. O acidente provocou a morte de duas pessoas resultando, após o julgamento, na prisão de Roberto. Esse fato não ocasionou a perda do cargo que Roberto ocupava na UFRJ, contudo ele não poderá receber sua remuneração enquanto estiver cumprindo a pena. Considerando que a família de Roberto poderá ser assistida pelos benefícios de seu plano de seguridade social, ela terá direito a receber:

- a) pensão, no valor integral da remuneração de Roberto.
- b) auxílio-reclusão, no valor de cinquenta por cento da remuneração de Roberto.
- c) salário-família, no valor de dois terços da remuneração de Roberto.
- d) auxílio-alimentação, enquanto durar a prisão de Roberto.
- e) bolsa-família, enquanto durar a prisão de Roberto.

4. (UFRPE/2022) Nos termos da Seguridade Social do Servidor, prevista na Lei nº 8.112/90, com redação dada pela Lei nº 10.667, de 14.5.2003, é correto afirmar:

- a) A União assegurará ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, em diferente percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.
- b) O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União elenca um rol de benefícios a que faz jus o servidor, bem como os seus dependentes, desde que preenchidos os requisitos legais, sendo, quanto ao servidor, previstos os benefícios de auxílio-reclusão, auxílio-funeral e salário-família.
- c) Com relação aos benefícios de aposentadoria previstos pela seguridade social do servidor público federal, devidamente disciplinada por lei, não serão estendidos aos inativos os benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.
- d) Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento poderá ser inferior a 1/3 (um terço) da remuneração da atividade, desde que fundamentado na lei.

4. (UFRPE/2022)

e) A lei prevê que o servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional terá direito ao benefício de assistência à saúde do Plano de Seguridade Social.

5. (UFRJ/2014) Alvo permanente de setores que defendem a privatização de serviços essenciais prestados pelo Estado, a seguridade social é um direito fundamental e uma conquista dos trabalhadores. Assinale, adiante, a alternativa com afirmação correta sobre o que estabelece a Lei Federal nº 8.112/1990 a respeito da Seguridade Social do Servidor.

a) O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.

b) As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores

c) Não será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público.

d) O Plano de Seguridade Social assegura cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, exclusivamente nos casos do exercício de funções consideradas insalubres ou perigosas

e) Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor não compreendem, quanto ao servidor, o salário-família.

6. (UFPEL-CES/UFPEL/2021) O parágrafo 1º do artigo 183 da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 prevê que o servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional, terá direito ao seguinte benefício do Plano de Seguridade Social:

a) Licença por acidente em serviço.

d) Aposentadoria.

b) Licença para tratamento de saúde.

e) Pensão vitalícia e temporária.

c) Assistência à saúde.

7. (UFMS/FAPEC/2020) Assinale a alternativa correta, considerando os dispositivos da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

a) A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 6 (seis) meses, deverá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento.

b) O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será encaminhado, com urgência, para realização de exame periódico e posterior perícia médica.

c) Acerca da licença por acidente em serviço, a prova do acidente será feita no prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem, conforme análise da Comissão competente.

d) A critério da administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez ou por incapacidade poderá ser convocado, na data acordada por ele e pela administração, para avaliação das referidas condições, a fim de emissão de laudo atualizado.

e) Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

A COLEÇÃO MAIS COMPLETA DO BRASIL

